

(art. 7º) e adoção de manuais e rotinas internas com regras de condutas e sinais de alerta (art. 8º, §2º, III e IV);

- adoção de diligência razoável para a qualificação dos clientes, beneficiários finais e demais envolvidos nas operações que realizarem (possível a consulta em cadastros públicos como SINESP/Infoseg entre outros, art. 30, §3º), para obtenção de informações sobre o propósito e a natureza da relação de negócios e a identificação de operações ou propostas de operações suspeitas ou de comunicação obrigatória (art. 7º, I/III);

- implantação de registro eletrônico de todos atos de conteúdo econômico (art. 13º e 33);

- implantação de cadastro de clientes, representantes e procuradores, envolvidos em atos de conteúdo econômico (art. 9º);

- comunicação sigilosa de atos contendo indícios de crime de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo ao COAF (art. 15), com especial atenção às pessoas politicamente expostas (art. 16), conforme o rol aberto de tipologias (art. 20);

- prestar informações e documentos requisitados pelos órgãos de segurança pública e pelo Ministério Público (art. 8º, §2º, II);

- indicação/nomeação de Oficial de Cumprimento (para as obrigações decorrentes), com devida comunicação à Corregedoria Nacional de Justiça, recaindo, na ausência, sobre o notário titular da serventia.

Os cartórios extrajudiciais passam, portanto, a serem também encarregados na verificação de indicativos da ocorrência de indícios da prática do delito de lavagem de dinheiro, sendo possível a solicitação de informações específicas em casos concretos, além de auxiliar na fiscalização do cumprimento das obrigações gerais.

Finalmente, o CAOCrim e NIGC estão em tratativas com órgãos externos para adequada implementação das obrigações previstas, permanecendo a disposição dos colegas para eventuais esclarecimentos.

Avistos de 03-04-2020

nº 135/2020 - PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, a pedido do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais, avisa que, o CAOCrim e a Escola Superior do Ministério Público, realizarão no dia 06-04-2020, às 16h30, reunião, via Teams, sobre o Impacto da COVID-19 na atuação da Promotoria de Justiça Criminal. Ficam convidados membros e servidores da Instituição. Segue o link para acesso da reunião <https://bit.ly/reuniaoCoronaMPS2>.

nº 136/2020-PGJ

(Protocolado 23.989/2013)

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições normais, AVISA, aos membros do Ministério Público que foi aprovado o enunciado de entendimento 124 na área de atuação originária da Procuradoria-Geral de Justiça:

Enunciado 124 - CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS TRANSITÓRIAS. DESCABIMENTO. O § 9º do art. 39 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda n. 103/19, revogou todas as normas infraconstitucionais em sentido contrário ao vedar a incorporação de vantagens (a) de caráter temporário ou (b) vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo, descabendo a promoção de ação direta de inconstitucionalidade em face de anterior legislação estadual ou municipal.

Avisa, ainda, que os enunciados de entendimento da Procuradoria-Geral de Justiça encontram-se disponíveis no Portal da Instituição, no sítio Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica: <www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/Assessoria_Juridica/sumuladas_de_entendimento>.

V - COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA

A - CRIMINAIS

Comunicado

Processo 2016449.04.2020.8.26.0000

Representante: Maurício Betito Neto

Representados: Ernani de Menezes Vilhena Júnior (Promotor de Justiça) e Nelson de Barros O'Reilly Filho (Promotor de Justiça)

Decisão: Promovido o arquivamento do procedimento

Processo 2045400-08.2020.8.26.0000

Representante: Mizaél Bispo de Souza

Representada: Wania Regina Gonçalves da Cunha (Juiza de Direito)

Decisão: Promovido o arquivamento do procedimento

X - CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

D - CAO CÍVEL E DE TUTELA COLETIVA

Relatório Mensal –março/2020

Coordenador Geral: Mario Augusto Vicente Malaquias
Secretária Executiva: Fernanda Beatriz Gil da Silva Lopes
Coordenadores

Arthur Antonio Tavares Moreira Barbosa – Patrimônio Público e Social

Denilson de Souza Freitas - Cível e Consumidor

Fernanda Beatriz Gil da Silva Lopes - Infância e Juventude e Idoso

Assessores

Claudia Maria Lico Habib Tofano - Secretária Executiva do GAEMA

Fabiola Suscas Negrão Covas - Inclusão Social

Fátima Liz Bardelli - Infância e Juventude

Jose Roberto de Paula Barreira - Idoso

Maria Carolina de Almeida Antonaccio – Saúde Pública

Sandra Lúcia Garcia Massud – Pessoa com Deficiência

Yuri Giuseppe Castiglione - NAT

Assessores CAO Descentralizado - Ato 90/2016 - PGJ, de 20-06-2016

André Vitor de Freitas - 3º PJ de Limeira - Patrimônio Público e Social

Bruno Orsatti Landi - 5º PJ de Leme - Patrimônio Público e Social

Camila Moura e Silva - 2º PJ de Carapicuíba - Patrimônio Público e Social

Daniel Porto Godinho da Silva, 1º PJ de Registro - Inclusão Social

Denis Henrique Silva - 3º PJ de Sumaré - Infância e Juventude

Eduardo Jose Daher Zacharias - 3º PJ de Botucatu - CPC - Família

Ernani de Menezes Vilhena Júnior - 4º PJ São João da Boa Vista - Pat. Público e Social

Joel Furlan - 6º PJ de Araçatuba - Infância e Juventude

Jose Augusto Mustafa - 10º PJ de Araçatuba - Patrimônio Público e Social

Leonardo Romano Soares - 2º PJ Sta. Bárbara D'Oeste - Patrimônio Público e Social

Maricelma Rita Meleiro - 5º PJ Cível Jabaquara - Idoso

Noemi Correa - 3º PJ de Araraquara - Infância e Juventude

Rafael de Oliveira Costa - 11º PJ Jundiá - Inclusão Social e Meio Ambiente

Renata Lucia Mota Lima de Oliveira Rivitti - 4º PJ de Jacaré - Educação

Rufino Eduardo Galindo Campos - 2º PJ de Dracena - Área Cível

Sergio Domingos de Oliveira - 9º PJ de São Carlos - Meio Ambiente

Valcir Paulo Kobori - 9º PJ de Campinas - Idoso e Habitação e Urbanismo

I. RELATÓRIO SINTÉTICO DE ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO (PROMOTORIAS DE JUSTIÇA):

Os dados desse relatório compreendem procedimentos cadastrados nos termos do Ato Normativo 713/11-PGJ-CGMP, bem como os anteriores já publicados nos relatórios analíticos semanais.

CONSUMIDOR

a) Representações civis no mês – 165

b) Portarias de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Instaurados no mês – 30

c) Promoções de arquivamento de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Promovidas no mês – 98

d) Ações Cíveis Públicas

Ajuizadas – 04

e) Termos de Ajustamento de Conduta

- Celebrados no mês:

-TAC: 37

DIREITOS HUMANOS/INCLUSÃO SOCIAL

a) Representações civis no mês – 04

b) Portarias de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Instaurados no mês – 06

c) Promoções de arquivamento de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Promovidas no mês – 06

DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA

a) Representações civis no mês – 19

b) Portarias de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Instaurados no mês – 15

c) Promoções de arquivamento de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Promovidas no mês – 16

d) Ações Cíveis Públicas

Ajuizadas – 105

e) Termos de Ajustamento de Conduta

- Celebrados no mês:

-TAC: 01

DIREITOS HUMANOS/PROTEÇÃO AO IDOSO

a) Representações civis no mês – 14

b) Portarias de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Instaurados no mês – 07

c) Promoções de arquivamento de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Promovidas no mês – 22

d) Ações Cíveis Públicas

Ajuizadas – 04

e) Termos de Ajustamento de Conduta

- Celebrados no mês:

-TAC: 01

DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA

a) Representações civis no mês – 59

b) Portarias de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Instaurados no mês – 34

c) Promoções de arquivamento de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Promovidas no mês – 45

d) Ações Cíveis Públicas

Ajuizadas – 15

ELEITORAL

a) Representações civis no mês – 06

b) Portaria de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil e/ou Inquérito Civil

Instaurado no mês – 01

c) Promoção de arquivamento de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil e/ou Inquérito Civil

Promovida no mês – 01

FUNDAÇÃO

a) Promoção de arquivamento de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil e/ou Inquérito Civil

Promovida no mês – 01

HABITAÇÃO e URBANISMO

a) Representações civis no mês – 96

b) Portarias de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Instaurados no mês – 100

c) Promoções de arquivamento de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Promovidas no mês – 126

d) Ações Cíveis Públicas

Ajuizadas – 13

e) Termos de Ajustamento de Conduta

- Celebrados no mês:

-TAC: 03

INFÂNCIA e JUVENTUDE

a) Representações civis no mês – 47

b) Portarias de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Instaurados no mês – 32

c) Promoções de arquivamento de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Promovidas no mês – 67

d) Ações Cíveis Públicas

Ajuizadas – 06

MEIO AMBIENTE

a) Representações civis no mês – 94

b) Portarias de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Instaurados no mês – 155

c) Promoções de arquivamento de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Promovidas no mês – 217

d) Ações Cíveis Públicas

Ajuizadas – 13

e) Termos de Ajustamento de Conduta

- Celebrados no mês:

-TAC: 06

- Aditamento de TAC: 01

PATRIMÔNIO PÚBLICO

a) Representações civis no mês – 290

b) Portarias de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Instaurados no mês – 193

c) Promoções de arquivamento de Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Cíveis/Inquéritos Cíveis

Promovidas no mês – 416

d) Ações Cíveis Públicas

Ajuizadas – 21

e) Termos de Ajustamento de Conduta

- Celebrados no mês:

-TAC: 02

II. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE NATUREZA INDIVIDUAL – PANI

a) Notícias do Fato no mês: 532

b) Portarias de Procedimentos Administrativos de Apuração a Lesão ou Ameaça de Lesão a Direito Individual

- Instaurados no mês: 553

c) Promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos de Apuração a Lesão ou Ameaça de Lesão a Direito Individual

- Promovidas no mês: 728

d) Ações Cíveis Públicas

- Ajuizadas no mês: 217

III. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO – PAA

a) Portarias de Procedimentos Administrativos de Acompanhamento

- Instaurados no mês: 423

b) Promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos de Acompanhamento

- Promovidas no mês: 61

IV. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO – PAF

a) Portarias de Procedimentos Administrativos de Fiscalização

- Instaurados no mês: 102

b) Promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos de Fiscalização

- Promovidas no mês: 124

V. ATIVIDADES DE EXPEDIENTE:

II.1. Atendimento a consulta de Promotores de Justiça

No mês – 1987

II.2. E-mails recebidos e respondidos:

No mês – 6036

II.3. Reuniões

II.3.a – Reuniões Gerais

_ Internas

No mês – 20

_ Externas

No mês – 11

II.3.b – Reuniões por videoconferências

_ Participante – 34

Realização e Participações em Seminários, Congressos, Simpósios, etc.

_ Participante – 02

_ Expositor – 05

II.4. Ofícios expedidos:

4.a) Em expedientes internos

_ Outros

No mês – 23

4.b). Em resposta às solicitações de órgãos de execução

_ Solicitação diversa

No mês – 01

II.5. Certidões Expedidas

No mês – 1001

II.6. Expedientes Diversos

Recebidos no mês – 06

II.7. Expediente da Ouvidoria

Recebidos no mês – 14

II.8. Ofícios

Recebidos no mês – 02

II.9. Protocolados

Instaurados no mês – 01

II.10. Denúncias, Notícias e Queixas Recebidas:

Secretaria Especial de Direitos Humanos (Disque denúncia – 100 DDN)

No mês – 77

II.11. Ato Normativo n. 760/2013-PGJ (Altera o Ato Normativo 724/2012-PGJ, de 13/01/12, que instituiu o Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial – NAT)

11.a) Vistorias /Visitas/Atendimentos

Realizados no mês – 76

11.b) Reuniões técnicas

Realizadas no mês – 159

11.c) Relatórios e Pareceres Técnicos

Expedidos no mês – 132

11.d) Participação em eventos (palestras, fóruns, seminários, cursos, congressos)

No mês – 03

e-negócios públicos Diário Oficial

Pesquise gratuitamente as licitações e negócios públicos do Estado

- Busca fácil e objetiva das **licitações**;
- Consulta às **leis e decretos** sobre as contratações;
- E muito mais: concorrências, concursos, convites, dispensas, inexigibilidades, leilões, pregões e tomadas de preços.



www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO